



MOÇÃO

Os milhares de trabalhadores do sector privado, oriundos de todo o País, assim como dirigentes e delegados sindicais representativos de centenas de milhar de trabalhadores, concentrados junto à sede da CIP – Confederação Patronal da Indústria portuguesa, estão em luta para exigir o respeito pela contratação colectiva, defender os direitos e o crescimento real dos salários.

1. Denunciam o comportamento patronal de boicote à contratação colectiva, nomeadamente nos sectores da indústria, dos transportes rodoviários, no comércio por grosso e grandes superfícies, isto apesar de todas as confederações patronais, onde se inclui a CIP, terem assinado o acordo em 2005, comprometendo-se a dinamizar a contratação colectiva.
2. Denunciam a atitude de má-fé negocial, de associações patronais e empresas, ao apresentarem propostas que visam a liquidação das actuais convenções colectivas, esvaziando-as de direitos, com o claro intuito, não de negociar, mas de promover o desacordo.
3. Denunciam o comportamento patronal de persistir no boicote à contratação colectiva, tentarem a caducidade de convenções colectivas e de se oporem à criação de contratação colectiva onde não existe, e de utilizarem os aumentos salariais como forma de chantagem sobre os trabalhadores e sindicatos, pressionando-os para aceitarem o trabalho sem direitos.

4. Denunciam o aumento da precariedade no emprego, o baixo índice de cumprimento, pelo patronato, das leis de trabalho e da contratação colectiva, que leva à degradação das condições de trabalho e dos salários dos trabalhadores, tudo isto feito com quase total impunidade, devido à inoperância, por parte da Inspeção de Trabalho.

5. Denunciam que esta atitude do patronato que, não só estão a prejudicar seriamente os trabalhadores, como também a contribuir para o agravamento da situação económica do país, a travar o desenvolvimento tecnológico do sector produtivo e visam perpetuar uma visão retrógrada de competitividade das empresas, feita à custa dos baixos salários e do trabalho sem direitos.

Por tudo isto, decidem:

- Exigir da CIP e restantes confederações patronais, o respeito pelo acordo que assinaram, onde se comprometem a dinamizar a contratação colectiva; que cumpram a Constituição da República Portuguesa e que, em conformidade, respeitem o direito à negociação colectiva e tenham comportamento de boa-fé negocial, com vista à obtenção de acordos.

- Assumir a defesa da contratação colectiva, como meio fundamental para regular e regulamentar as relações de trabalho e assegurar assim um modelo de desenvolvimento do País baseado no progresso e na justiça social, e, nesta conformidade, desenvolver todas as acções de luta, nas empresas e sectores, que visem a dinamização da contratação colectiva existente e criação de novas convenções colectivas onde não existam, a melhoria dos salários, tendo por base os 4,42% obtidos no aumento do salário mínimo nacional, a defesa e efectivação dos direitos e das convenções colectivas.

Lisboa, 2 de Março de 2007